

Na sequência da Newsletters Especiais (1), (1.1), (1.2) e (1.3), publicadas, respetivamente, em 20 e 26 de março e 3 e 9 de abril, referentes às principais medidas de âmbito excecional destinadas à prevenção, contenção e tratamento do COVID-19 e a atenuar os efeitos económicos e sociais para as empresas e os cidadãos, vimos atualizá-las com as principais medidas conhecidas desde a última.

MEDIDAS DE ÂMBITO FISCAL E DA SEGURANÇA SOCIAL

LEI N.º 8/2020, DE 10 DE ABRIL, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 8/2020, de 10 de abril, procedeu à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, que estabeleceu medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

PORTARIA N.º 91/2020, DE 14 DE ABRIL, DO GABINETE DO MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

A Portaria n.º 91/2020, de 14 de abril, definiu, em execução do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril, que estabeleceu um regime excecional para as situações de mora no pagamento das rendas atendendo à situação epidemiológica provocada pela doença COVID-19, os termos em que é efetuada a demonstração da quebra de rendimentos para efeito de aplicação daquele regime excecional a situações de incapacidade de pagamento das rendas habitacionais devidas a partir de 1 de abril de 2020 e até ao mês subsequente ao termo da vigência do estado de emergência.

DECRETO-LEI N.º 15/2020, DE 15 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 15/2020, de 15 de abril, criou uma linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores do setor da pesca.

DESPACHO N.º 4640-C/2020, DE 16 DE ABRIL, DO GABINETE DA MINISTRA DA AGRICULTURA

O Despacho n.º 4640-C/2020, de 16 de abril, determinou, para efeitos de financiamento, gestão e acompanhamento da Política Agrícola Comum (PAC), que a situação de pandemia COVID-19 pode ser reconhecida como «caso de força maior», nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, do qual resulta a impossibilidade de dar cumprimento a obrigações estabelecidas nos regimes de apoio aplicáveis nesse âmbito.

PORTARIA N.º 94-A/2020, DE 16 DE ABRIL, DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

A Portaria n.º 94-A/2020, de 16 de abril, regulamentou os procedimentos de atribuição dos apoios excecionais de apoio à família, dos apoios extraordinários à redução da atividade económica de trabalhador independente e à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, do diferimento das contribuições dos trabalhadores independentes e do reconhecimento do direito à prorrogação de prestações do sistema de segurança social.

DESPACHO N.º 4698-A/2020, DE 17 DE ABRIL, DOS GABINETES DO MINISTRO DE ESTADO, DA ECONOMIA E DA TRANSIÇÃO DIGITAL E DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

O Despacho n.º 4698-A/2020, de 17 de abril, fixou os preços máximos, durante o período em que vigorar o estado de emergência, para o gás de petróleo liquefeito engarrafado, em taras standard em aço, nas tipologias T3 e T5.

MEDIDAS DESTINADAS A ATENUAR OS EFEITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

DESPACHO N.º 4394-C/2020, DE 9 DE ABRIL, DO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO, DA ECONOMIA E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

O Despacho n.º 4394-C/2020, de 9 de abril, reconheceu o funcionamento de estabelecimentos industriais no município de Ovar.

LEI N.º 7/2020, DE 10 DE ABRIL, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 7/2020, de 10 de abril, estabeleceu regimes excepcionais e temporários de resposta à epidemia COVID-19, e procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-1/2020 de 26 de março, que estabeleceu medidas excepcionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico (em especial quanto aos espetáculos não realizados), e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, que aprovou a Lei da Televisão, que regulou o acesso à actividade de televisão e o seu exercício.

DESPACHO N.º 4395/2020, DE 10 DE ABRIL, DOS GABINETES DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO ADJUNTO, DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DA SEGURANÇA SOCIAL

O Despacho n.º 4395/2020, de 10 de abril, definiu regras complementares ao Despacho n.º 3485-C/2020, de 19 de março, que determinou a suspensão de ações de formação ou atividades previstas nos projetos enquadrados nas medidas ativas de emprego e reabilitação profissional devido ao encerramento de instalações por perigo de contágio pelo COVID-19.

DECRETO-LEI N.º 14-E/2020, DE 13 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13 de abril, estabeleceu um regime excepcional e temporário para a conceção, o fabrico, a importação, a comercialização nacional e a utilização de dispositivos médicos para uso humano e de equipamentos de proteção individual.

RESOLUÇÃO N.º 24/2020, DE 14 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 24/2020, de 14 de abril, determinou a adoção de medidas extraordinárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, no âmbito da ciência e inovação.

DECRETO-LEI N.º 16/2020, DE 15 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 16/2020, de 15 de abril, estabeleceu normas excepcionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

DESPACHO N.º 4586-A/2020, DE 15 DE ABRIL, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DAS COMUNICAÇÕES

O Despacho n.º 4586-A/2020, de 15 de abril, estabeleceu para o transporte aéreo outros casos em que não se aplica o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto n.º 2-B/2020, que regulamentou a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, e que não estavam previstos no Despacho n.º 4328-A/2020, de 8 de abril.

MEDIDAS RELATIVAS À PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E TRATAMENTO DO COVID-19

LEI N.º 5/2020, DE 10 DE ABRIL, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 5/2020, de 10 de abril, procedeu à quarta alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabeleceu medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID-19.

LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, estabeleceu o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

DECRETO-LEI N.º 14-F/2020, DE 13 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 14-F/2020, de 13 de abril, estabeleceu medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

DECRETO-LEI N.º 14-G/2020, DE 13 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, estabeleceu medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

MEDIDAS RELATIVAS À SAÚDE E PROTEÇÃO À FAMÍLIA

PORTARIA N.º 90-A/2020, DE 9 DE ABRIL, DO GABINETE DA MINISTRA DA SAÚDE

A Portaria n.º 90-A/2020, de 9 de abril, criou um regime excecional e temporário relativo à prescrição eletrónica de medicamentos e respetiva receita médica, durante a vigência do estado de emergência em Portugal, motivado pela pandemia da COVID-19.

DESPACHO N.º 4396/2020, DE 10 DE ABRIL, DO GABINETE DA MINISTRA DA SAÚDE

O Despacho n.º 4396/2020, de 10 de abril, prorrogou os efeitos do Despacho n.º 3301/2020, de 15 de março de 2020, que estabeleceu regras aplicáveis aos profissionais de saúde, com filho ou outros dependentes a cargo menores de 12 anos.

MEDIDAS QUE COMPORTAM RESTRIÇÕES DE MOBILIDADE E TRANSPORTE

DESPACHO N.º 4394-D/2020, DE 9 DE ABRIL, DOS GABINETES DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA MINISTRA DA SAÚDE E DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DAS COMUNICAÇÕES

O Despacho n.º 4394-D/2020, de 9 de abril, manteve a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.

RESOLUÇÃO N.º 22/2020, DE 14 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 22/2020, de 14 de abril, prorrogou a reposição, a título excepcional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

DESPACHO N.º 4698-C/2020, DE 17 DE ABRIL, DOS GABINETES DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA MINISTRA DA SAÚDE E DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DAS COMUNICAÇÕES

O Despacho n.º 4698-C/2020, de 17 de abril, prorrogou a interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções.

MEDIDAS RELATIVAS A SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO N.º 4394-A/2020, DE 9 DE ABRIL, DOS GABINETES DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA MINISTRA DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Despacho n.º 4394-A/2020, de 9 de abril, determinou que nos casos em que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) deva garantir o atendimento, mediante pedido de agendamento, podem ser afetos a esses atendimentos os postos do SEF localizados nas Lojas de Cidadão de Coimbra e de Aveiro.

DESPACHO N.º 4460-A/2020, DE 13 DE ABRIL, DOS GABINETES DAS MINISTRAS DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

O Despacho n.º 4460-A/2020, de 13 de abril, definiu as orientações no âmbito da eventualidade doença e no âmbito da frequência de ações de formação à distância, bem como os termos em que os trabalhadores da administração central podem exercer funções na administração local e em que os trabalhadores da administração central e da administração local podem exercer funções em instituições particulares de solidariedade social ou outras instituições de apoio às populações mais vulneráveis.